

## LEI DO CINEMA EM MOÇAMBIQUE

*Finalmente! Mas é preciso falar de alguns mitos...*

Foi aprovada no Parlamento Moçambicano, a lei do Audiovisual e Cinema. Finalmente. Depois de uma longa batalha (8 anos) em que se teve de vencer alguns preconceitos e hesitações, decorrentes muitas vezes da falta de conhecimento sobre as particularidades em que a produção de cinema se faz.

Saúde-se, então, o aparecimento deste instrumento legal. E, com ele, uma nova fase para o cinema e audiovisual moçambicano.

Assistimos ao debate, que se realizou na magna casa, ouvimos as posições de três comissões da mesma, o debate da plenária e a aprovação por consenso (boa!) e obviamente que é com orgulho que vemos a nossa profissão ser amplamente discutida num Parlamento. Nem todos os Países do mundo se podem orgulhar de darem ao cinema, a importância específica que o nosso Parlamento lhe deu.

Fica-nos, contudo, algum amargo ao percebermos que parte dos conceitos básicos da profissão são mal-entendidos. Mas, principalmente, fica-nos a preocupação sobre o pensamento que está por detrás de algumas observações feitas. Independentemente de onde vieram. Por isso, aqui se propõem algumas reflexões.

### **Reflexão 1: O objectivo**

Ouvimos essencialmente dois argumentos: 1) O preenchimento de um vazio legal que virá agora disciplinar a produção de cinema e audiovisuais e 2) A possibilidade de arrecadar mais receitas para o Estado.

Apenas por duas vezes, e de passagem, ouvimos falar do objectivo essencial (felizmente ficou expresso na lei embora não com o destaque merecido) que é a defesa e aprofundamento da identidade nacional.

Num País com tantas diversidades étnicas, sociais e políticas, com o território tão grande e, essencialmente, ainda tão jovem, a prioridade continua a ser a nossa identidade como Nação. É na cultura que se pode encontrar o cimento para essa identidade. É na construção de uma identidade nacional, em que todos os moçambicanos se reconheçam independente da sua origem, religião, região, raça, pensamento político etc. que tem de estar o foco. Ter uma cultura que nos identifique como Moçambique é tão importante como ter um Estado, uma polícia, um exército, como ter estradas, água, hospitais, etc.

O cinema não pode ser apenas visto exclusivamente como uma arte é um mito moderno em que a globalização pretende colocar os artistas (“façam lá o que vocês querem desde que não nos chateiem”) e que infelizmente tem tido algum sucesso.

Reduzir o objectivo do apoio à produção audiovisual a um negócio é extremamente redutor. A cultura, no seu sentido amplo é sustentada por uma ideia nacional que deve ser abrangente: A luta contra a pobreza é, antes de mais, uma luta cultural. A luta contra o HIV é um problema de saúde pública? É! Mas é também e, essencialmente, um problema cultural.

Sendo, por inerência, uma das artes que mais massivamente contacta com o conjunto de cidadãos, e uma arte que se faz a partir de vectores também presentes noutras artes (narrativa, som e imagem), o cinema tem um impacto social, quer se queira quer não, substancial.

Então: Considerando a necessidade de reforço duma identidade nacional e a força social do cinema enquanto arte, percebe-se que nunca é demais um investimento na área, mesmo que o seu retorno não se possa fazer numa simples folha de Excel onde se colocam despesas contra o outro onde se colocam as receitas. Ou melhor, mesmo que o lado das despesas seja maior do que o das receitas.

## Reflexão 2. História e economia do cinema moçambicano

A produção de cinema moçambicano, teve altos e baixos, mas a verdade é que nos anos 80 conseguiu sustentar uma pequena industria. Industria? Digamos que “uma produção significativa”, não esperada num País que acabava de conquistar a Independência. E, por circunstâncias várias, adquiriu uma pujança que granjeou a atenção e amizade de cineastas de todo o mundo (J.L.Godard, Jean Rouch, Med Hondo, Santiago Alvarez etc etc). Procuravam-se novas formas de comunicar, de alargar à Nação a prática da guerrilha onde era obrigatório o contacto da liderança com o povo... e o cinema foi (logo a seguir à Rádio), o veículo escolhido para a comunicação da liderança com o povo, tão cara ao modelo então implementado. Foi a Conferência de Macomia do Partido Frelimo que determinou essa opção. E na logica dos objectivos da Frelimo de então e considerando a particular sensibilidade de Samora Machel com o cinema, entende-se o fundamento da opção. A não existência das TVs, dava ainda mais sustentação a essa decisão.

Naquele período específico, e dada a imediata ruptura com o cinema comercial de Hollywood, abriu-se portas a cinematografias não conhecidas (americana latina, Africa etc.) mais próximas do modelo do cinema de autor e dos modos de produção dos países periféricos. A nacionalização da distribuição, e da exibição de filmes (que teve a inteligência de combinar obras de arte de qualidade com filmes populares, especialmente os que agradavam a audiências que nunca tinha visto imagem em Movimento) teve grande sucesso de plateia. Estava ainda muito presente a tradição das grandes salas que agora passavam a ser frequentadas pelas camadas mais desfavorecidas. E onde não havia sala, havia o cinema móvel...

O cinema, no seu conjunto, chegou a ser o segundo sector mais lucrativo do Estado. Talvez isso tenha criado a ilusão de que o filmes se podiam pagar pela simples presença dos espectadores moçambicanos. Os menos conhecedores não notavam que os direitos e as cópias eram subvencionados pelo Estado, que a solidariedade internacional da altura permitia a circulação de inúmeras cópias gratuitamente e que o cinema, sendo o único veículo de Imagem em Movimento em Moçambique, se encontrava num lugar privilegiado de atenção por parte do poder.

Foi essa situação que permitiu a formação de inúmeros técnicos nacionais, o desapontar duma geração de cineastas nacionais, a produção de inúmeros documentários e a realização do célebre Kuxakanema. A propósito: Como é possível sustentar a existência de uma nova lei do cinema, sem referir a produção de cerca de 800 noticiários em película que constituem um dos maiores acervos da nossa história?

Com a mudança de rumo político e o aparecimento da TV, tudo mudou e o que aconteceu a seguir teve muitas variantes, mas digamos que o cinema nunca mais conseguiu voltar a ter a mesma relevância. Passou, sim, a procurar-se afirmar como uma representação do País e como um vector de identidade nacional. Como era e é o seu destino. E, nesse aspecto, com algum sucesso. Fica também um amargo na boca quando não se ouve, em nenhum momento, qualquer referência a obras como “O Tempo dos Leopardos” e “O vento sopra do Norte” que representaram amplamente Moçambique no mundo...

Qual é então a grande novidade para o cinema desde a mudança política para a economia de mercado? 1) O aparecimento da TV e a conseqüente deslocação da massa de espectadores para a caixa mágica ao que se juntou o aparecimento massivo dos videoclubes; 2) O aparecimento dos produtores independentes moçambicanos e a produção de obras que mostram Moçambique ao Mundo, a maior parte delas financiadas pelo exterior ou pela comunidade doadora 3) O aparecimento do fenómeno da pirataria para a qual contribuíram largamente o sector público (As TVs mostravam filmes sem qualquer pagamento de direitos) e 4) Mais tarde, a realização (depois do Acordo de Paz – curioso que a relação do cinema com a Paz não tenha sido abordada) de alguns filmes de Hollywood em Moçambique, esse sim, com um forte impacto na arrecadação de receitas mas que nós, ao nosso estilo destruidor, acabamos por afugentar do País.

### **Reflexão 3: O mito da entrada de receitas com a produção nacional**

Se olharmos globalmente, percebemos claramente uma economia de escala no mundo do cinema. Todos os países em que o cinema se paga pelo espectador, são países acima dos 80 milhões de habitantes. O número é aleatório, mas é aqui usado para mostrar que, a não ser que haja uma massa crítica de espectadores suficientemente grande, estes não chegam, por si só, para pagar os custos do filme e dar lucro. Os preços da mão de obra na China ou na Nigéria, são muito menores do que na Europa..., mas o número potencial de espectadores é muito maior. Um filme mediano, de boa produção, custará menos do que noutras partes do mundo mas, mesmo que seja um fiasco de plateia, (“apenas” visto por um milhão de pessoas o que corresponde a uma percentagem ridícula da população desses países...) o filme pode ser pago. Ora, mesmo admitindo que tenhamos um rate de 0,2% de espectadores (o que é muito baixo) isso daria, em Moçambique um número de 50,000 espectadores. O mesmo rate na China ou na Índia, daria 2 milhões e meio. Ou seja, para um filme de USD\$ 500,000 por exemplo, teríamos de ter 10 vezes mais espectadores. Mesmo que haja o compromisso de arrecadar algumas receitas com os espectadores, vendas as televisões e DVDs dificilmente teremos uma situação em que investir num filme por razões meramente comerciais seja um negócio rentável. E de facto, o que se assiste é que os filmes já estão pagos quando concluídos.

Não admira que os países onde a produção nacional do cinema representa uma realidade económica importante, são países de grande população: Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Nigéria, Indonésia, Japão, México, Alemanha, Egipto, Brasil, Bangladesh para citarmos alguns. Todos com mais de 80 milhões...

Moçambique tem menos de um terço. Não tenhamos, pois, ilusões. O nosso cinema não gera receitas para atrair investidores comerciais. Embora sejamos a favor de uma política de financiamento que obrigue a que os filmes sejam mostrados às nossas plateias (ao contrário do que acontece em muitos países onde o cinema vive só de subvenções e esse aspecto é descurado), não acreditamos que, nos próximos anos, a produção nacional tenha a ter significado de peso na arrecadação de receitas para o Estado. É preciso compreender isso e não esperar resultados onde eles não podem, à partida, aparecer.

### **Reflexão 4: A produção estrangeira em Moçambique**

Aqui é preciso desde logo, esclarecer o seguinte: Hollywood pensa cinema em termos de milhões de dólares.

Em Moçambique fizeram-se parcialmente 4 filmes de Hollywood (Ali, Diamantes de Sangue, O interprete e Generation Kill).

O restante dos filmes produzidos em Moçambique é produção europeia, alguma publicidade externa, programas de TV e, a grande distancia, produção africana. Estas produções raramente ultrapassam os USD\$ 2000000 (dois milhões) enquanto a produção de Hollywood, especialmente os blockbusters são altamente financiados ficando, por norma, acima dos 50/70 milhões de dólares.

Foi o potencial resultado e a agitação no mercado desses 4 filmes de Hollywood que levam ao mito das potenciais entradas massivas de receitas.

Precisamos de ter em conta dois aspectos: O primeiro decorre da forma como se produz num mundo globalizado. As peças dos carros japoneses são produzidas em Taiwan, as bolas de futebol na Índia, o hardware do design italiano na China. Ou seja, quando estamos a falar de produções de peso, as grandes companhias vão para onde a produção fica mais barata. Hollywood não é diferente. Com uma especificidade: precisa de cenários se quiser fazer os filmes fora do estúdio. E então procura no mundo onde poderá ter, a um tempo, preços acolhedores e cenários naturais. Com o acréscimo que a má consciência americana em relação aos afro-americanos os impeliu a promover o “retorno as origens”. ALI estava para ser feito no Congo

(onde realmente se passou o combate do pugilista) e só a guerra trouxe o filme para Moçambique. DIAMANTES DE SANGUE era uma temática africana e os outros dois vieram um pouco na boleia (Os produtores africanos que fizeram a ponte era Moonlightning, um empresa sul-africana). Generation Kill fez de Maputo.... a cidade de Bagdad e relata a história das primeiras tropas a conquistar aquela cidade do Iraque (pois, no cinema tudo é possível).

O que aconteceu? Houve 400 trabalhadores (apenas 4 profissionais no activo na altura, é importante salientar) a trabalhar no ALI e o filme, na verdade, só tornou pior a vida dos cineastas moçambicanos.

Foram os serviços, os hotéis, alfândegas, despachantes, lojas, os espaços, os bancos, os alugueres de carros, os restaurantes etc., que mais beneficiou do filme. Bem hajam e fizeram bem. Alguém “comeu” a comissão que deveria ter ido parar ao Estado para criar as facilidades de produção (alguém da Nomenclatura pois claro). ALI beneficiou Moçambique mas não especificamente o cinema. Por incúria nossa.

Porque aquilo que os americanos consideraram “amendoim” nos salários, era uma fonte de receita significativa para os moçambicanos. E as pessoas passaram a ver todos os filmes (viessem donde viessem) pela mesma bitola.

Lembramo-nos que, na imediata ressaca, os preços subiram em flecha mesmo para os produtores nacionais. Alguém do Conselho Municipal nos pediu 10,000 dólares por fechar uma rua bem secundária, num Domingo. A produção do nosso filme era de 20,000...

A galinha ainda nem tinha começado a dar ovos que se vissem e nós já a tínhamos sufocado.

Nos momentos finais da rodagem dum desses filmes, estávamos presente com a produtora sul-africana quando ela recebeu um telefonema a falar-lhe de um novo filme. Foi clara ao telefone: “Em Moçambique já não vale a pena, vamos para o Botswana! Estou farta de trazer filmes para aqui e ser maltratada”.

Pois, o resultado era esperado e a experiência não é única. No mesmo formato, galinhas de ovos do ouro foram “mortas” no Bangladesh, na Argélia, no Brasil ... Até Portugal, que tinha os filmes franceses, não resistiu à tentação e subiu os salários e assim que a França descobriu que era mais barato na Hungria, lá se foi o sustento de inúmeros técnicos lusos.

Hollywood é isso mesmo: Onde é que é barato, nos dão facilidades e é “nice”? Vamos para lá! Se deixa de ser barato e “nice”, se tem de se perder tempo e dinheiro a subornar policiaes que param constantemente os técnicos e lhes retiram a carta (o que os assusta muito e os leva a pagar subornos elevados), o resultado é previsível: “vamos para outro lado.”!

A galinha dos ovos de ouro, pode produzir uma boa quantidade de ovos e ser realmente benéfica quer em termos nacionais quer empresariais desde que os nossos compatriotas, embrenhados na cultura do “come o que puderes hoje porque não sabes o que acontece amanhã”, parem de ir comendo a comida da galinha e depois, comam a própria galinha!

As autoridades precisam de controlar esta enorme falta de visão se quiserem manter atrativo o mercado. Como em todos os sectores, aliás. Não é isso que se passa no nosso turismo? O cinema não é excepção e, pelo contrário, dado que funciona por obra única, é muito mais volúvel a permanecer ou sair.

Mas é esse um destino ou maldição? Existem, hoje, vários espaços internacionais onde é atractivo ir filmar: Marrocos, para falar dum caso africano, está em grande com dezenas de produções anuais. Os sul-africanos, em Cape Town, criaram uma secção de cinema na cidade que negociou preços mais baratos nos carros e nos hotéis para além de garantir a presença dos equipamentos. E a região foi, durante anos, um local de eleição para os filmes de Hollywood.

Já agora: Já fizemos contas: Se o meu próximo filme receber o financiamento internacional que espero, vai-me ficar mais barato e com muito melhor resposta técnica, mesmo levando comigo os actores todos de Moçambique ... se eu o fizer... na Croácia! Como se passa todo dentro numa fábrica não há problema nenhum porque será como se fosse em Moçambique e isso é muito frequente no mundo de cinema (Maputo a fazer de Bagdad ou de

Brazzaville como indicámos) . Foi uma proposta que me foi feita num festival internacional por produtores croatas.

Então a questão tem de ser colocada: Porque fazê-lo aqui então, se não tenho facilidades de produção, os preços são elevados e tenho menor resposta de técnicos qualificados? É uma questão que tem de se colocar porque, no outro prato da balança, está a possibilidade de realizar um filme muito melhor ficando a representação do País mais dignificada. Lembrem-se da nossa Lurdes Mutola?

No exemplo, existe ainda um pormenor interessante: A Croácia aceita subvencionar filmes estrangeiros que sejam rodados no País. Sim, leram bem: O País paga para irem lá filmar! E, se pensarem bem, a ideia é genial: subvenciona-se o produtor em cerca de 80,000 dólares o que corresponde a 10% dum filme de medio/baixo orçamento na europa. E se os produtores decidirem ir lá filmar, gastarão no mínimo 200.000 no País em logística, pessoal, equipamentos, hotéis, transportes etc. etc. Negócio bom para o País, pois claro!

Curioso, não é? Resultados? Grandes séries internacionais foram filmadas lá, o cinema croata está pujante e de facto, as receitas de cinema contam no orçamento...

Com uma pequena diferença que é essencial: tiveram a sagacidade de investir na galinha, dar-lhe espaço, comida, tratar dela, deixa-la crescer até que ela começou a produzir os ovos de ouro...

### **Reflexão 5: O mito do controlo do conteúdo dos filmes**

Este é um outro grande mito que ouvimos na magna casa: os produtores nacionais são obrigados a “procurar coproduções estrangeiras com o conseqüente controlo dos conteúdos.”

Sejamos honestos: ninguém dá dinheiro de borla e é evidente que existem temáticas mais atrativas para os júris do que outras e essas podem não corresponder às prioridades moçambicanas. Embora, na Europa por exemplo, a temática africana esteja cada vez mais presente...

Mas, controlo sobre os conteúdos? Por favor, em geral, a liberdade de expressão na Europa é muito mais avançada do que em Africa. Em França, por exemplo, o autor deve assinar uma declaração dizendo que o filme corresponde ao que ele pensou e quer, ou seja, é ele que tem a última palavra sobre o conteúdo. É o direito ao Final-Cut imortalizado na célebre musica dos Pink Floyd.

Em Moçambique, resultado dum período onde os conteúdos eram realmente censurados, existe uma forte tendência do poder e do publico em geral, de discutir sempre como é que um filme deveria ser politicamente correcto, apresentando sistematicamente outros temas e ideias que acham que deveriam ser considerados. Abre-se assim espaço à vontade da proibição e à ideia de que é possível fazer filmes satisfazendo todos os pontos de vista.

Esquecem-se duas coisas: a primeira é científica e um principio geral da comunicação que diz que “qualquer reprodução da realidade é sempre, necessariamente, parcial.” A segunda é que os bons filmes contam histórias que obedecem a princípios de narrativa, de interpretação da história, da força da imagem e do som. Têm um tempo limitado no seu próprio formato. São filmes, não discursos políticos.

Se fossemos a atender às necessidades do “politicamente correcto” teríamos de fazer filmes de 10 horas para poder avaliar todos os ângulos do tema que apresentamos. E ainda assim continuaríamos a ser parciais...

Como dissemos: O recurso ao apoio nacional à produção não vai liberalizar conteúdos... pelo contrário verificamos uma forte tendência, de vários deputados e políticos moçambicanos de “controlar” os conteúdos dos filmes...Vai, e ainda bem que assim é, aumentar a quantidade e a diversidade das temáticas, vai possibilitar que passem correr o País colocando à discussão temas históricos e actuais, vai ajudar a fixar as linguas nacionais, vai criar mais emprego etc.

E é isso mesmo que, no nosso entender, um Estado que se preza deve fazer... e o nosso está bem necessidade de idéias novas...

## **Reflexão 6: O mito dos usos e costumes**

Ouvimos ainda defender com veemência, algo que está no corpo da lei e que poderá a vir a suscitar enormes problemas de interpretação no futuro. Trata-se da frase, que indica que os produtores “devem respeito pela moral e pelos usos e costumes.”

Temos de perguntar: Quais usos e costumes? Os descritos no livro do Junod sobre os bantos? Os que são indicados por um grupo religioso? Os que são indicados pelo governo? Os que são indicados pelas autoridades locais que falam disso para receberem um suborno e depois autorizarem?

Se fizermos uma interpretação directa, podemos fazer a pergunta: fazer um filme contra o lobolo é fazer um filme contra os usos e costumes dos moçambicanos... e por isso deve ser punido por lei? Estamos a exagerar mas, em tese, a lei poderia ser interpretada assim. O facto de haver uma luta contra certas tradições não faz com que elas deixem de ser tradições...

Não somos inocentes e é claro que os próprios legisladores têm vergonha de assumir que a questão é a da nudez, na ideia de que mostrar uma cena artistica com nudez vai tornar a nossa sociedade mais imoral.

Já basta a chacota dos jovens do País sobre as midisaías das escolas como se o problema da corrupção sexual fosse provocado pelas alunas (que na verdade são mais vitimas de que perpetradoras).

Estamos a negar a existência da necessidade duma sociedade regular sobre o assunto? De forma alguma: aliás, é um tema já discutido e consensualizado numa grande maioria dos países... ainda bem que a lei já aborda esta questão, obrigando ao regulamento da classificação dos espetáculos e criar formas de responsabilização dos cidadãos perante as crianças.

Há que haver uma classificação etária dos espetáculos e os pais não podem fugir à sua responsabilidade sobre o que podem ou não podem ver os seus filhos. Então que o Estado assuma isso, estabeleça as regras. E deixem de decidir o que podem ver pessoas maiores e “vacinadas”. Especialmente quando todos sabemos que existem muitos “criticos” que passam as noites a descarregar filmes “especiais” que abundam na internet e que estão acessíveis a todos. Os escândalos sexuais das varias confissões religiosas e em muitas instituições que se apresentam moralistas, estão aí para o provar.

## **Reflexão 7: Um quarto dos conteúdos nacionais da TV?**

Mais um mito: Vamos considerar, para facilitar a compreensão que longas metragens terão uma média de 90 minutos e que telefilmes terão uma media de 56 minutos ( o que é considerado “uma hora televisiva”

A TVM transmite todo o dia, mas imaginemos que são apenas 16,00 horas por dia.

Ora, os longas metragens de moçambique não são mais do que 20 mesmo se incluímos as coloniais o que dá aproximadamente 30 horas de programação. Ou seja, em longas-metragens de ficção, a um quarto do tempo como indica a lei, teríamos programação para cerca de .. oito dias!

Documentários e utros feitos em pelicula, são mais. Não temos uma lista definitiva (algo que com esta lei esperamos que vá mudar) mas certamente não ultrapassam os 48 o que dá cerca de ...48 horas de programação... sendo que um quarto daria... 12 dias!

Por outras palavras, a realidade concreta é que, neste momento, a produção nacional de filmes dará para sustentar cerca de 20 dias de programação. Isto no que respeita a “obras cinematográficas”.

Se considerarmos o conceito de “obras audiovisuais” como um conceito mais abrangente e que envolva todas as reportagens assinadas e todas as outras obras de autor feitas primordialmente para televisão, é claro que o numero aumenta.

Mas não podemos voltar a cair no logro: A transmissão de jogos de futebol, programas em directo, talks shows e programas de entretenimento puro (concursos etc) não se enquadram na categoria de obras audiovisuais e não podem, por isso, ser contabilizadas.

Na presente lei, um dos aspectos mais positivos foi precisamente a identificação do conceito de obras cinematográficas e audiovisuais (feitas para exibição em sala ou na televisão, mas ambas obras de arte) deixando para uma lei própria, que se faz necessária, a regulamentação sobre a produção geral de conteúdos nas TVs.

Sustentar um quarto da programação com obras de cinema e audiovisuais nacionais? Para podermos aproximar-nos desta decisão terá de se mudar o paradigma das TVs nacionais e estas sejam colocadas também como financiadoras da produção de cinema e obras audiovisuais como alias acontece em quase todo o mundo. A lógica da produção de imagem em Movimento passa maioritariamente pela programação televisiva e isso é amplamente reconhecido. As TVs teriam e têm um papel fundamental na aplicação da lei e a tendência a criar capacidade de produção interna não resolve o problema. O que o resolve é uma colaboração estreita em que todos têm a ganhar com a produção de obras de qualidade que possam ser lucrativas no mercado externo. A recente iniciativa da CPLP (Doc e Fic TV 2015) é um bom exemplo de colaboração entre cinema e TVs na produção de obras de qualidade.

E temos de saudar a indicação de que as TVs tem de apoiar a produção de obras de cinema e audiovisuais.

Não vale a pena gritar por uma programação nacional ou africana nas TVS se não preparamos estas para ter condições de financiar a produção de conteúdos nacionais.

É aqui que entram outros actores. Entendemos que as concessões às operadoras de Cabo e telefónicas, uma vez que são produtoras de conteúdo, deveria incluir uma taxa obrigatória destinada à produção nacional para cinema e televisão. O que faria todo o sentido.

A lei ora aprovada deixou de fora esta possibilidade e não sabemos até que ponto se poderá vir a legislar sobre o assunto num futuro breve. Mas é necessário começar imediatamente o debate sobre este assunto uma das poucas formas de viabilizar o postulado na lei.

Nova lei do Cinema? Saude-se. Não existam dúvidas que se espera um impulso à produção nacional especialmente se for concretizado o que foi dito na comunicação social sobre os fundos destinados à mesma. 35 milhões de meticais, atribuídos com critérios que permitam apoios aos consagrados, aos jovens iniciantes, à ficção e ao documentário constitui, num País com tantas dificuldades, uma lufada de ar fresco.

Acreditamos que vão existir ainda outras dificuldades que não couberam no espaço desta reflexão, e que nos preocupam seriamente como seja o caminho da formação (pouco referido na lei) de uma nova geração de cineastas, a questão das facilidades de rodagem entre outras.

Existe um enorme potencial de histórias a serem contadas, nos seus mais variados formatos e existem talentos quer de realização, de interpretação e técnicos que poderão vir a responder às necessidades. Mas não é algo que nos caia do céu. Não basta ter aparecido em frente duma camera e ter “jeito”, para fazer duma pessoa um actor. Para isso se faz uma escola superior de alguns anos. Não vale a a pena esperar que o talento apareça não se sabe de onde só pela existência duma lei. Imagino que nos próximos tempos, o debate se aprofunde e sejamos realistas nos objectivos e lógicos nas posturas e que comecemos o enorme trabalho que temos pela frente. O que já é de mérito nos tempos que correm...

*Sol Carvalho  
Realizador/Produtor*

*Nota: Estivemos no Parlamento a pedido da AMOCINE para apresentar os pontos de vista dos cineastas sobre a lei. Ali representávamos os cineastas e limitámo-nos a apresentar os aspectos em que todos*

*concordámos. Neste artigo, represento-me apenas a mim próprio e às minhas ideias sobre o presente e o futuro do cinema moçambicano resultantes dos postulados da lei que entrou em vigor.*